



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO EXECUTIVO – FEAAC**

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PAULO LUIZ DOS SANTOS JÚNIOR

**A EDUCAÇÃO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO: O CASO DO
MUNICÍPIO DE CAXINGÓ - PI**

FORTALEZA 2014

PAULO LUIZ DOS SANTOS JÚNIOR

A EDUCAÇÃO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO: O CASO DO
MUNICÍPIO DE CAXINGÓ - PI

Monografia submetida à Coordenação do curso de
Graduação em Ciências Econômicas da
Universidade Federal do Ceará como requisito
parcial para a obtenção do grau de bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientador: José de Jesus de Sousa Lemos

FORTALEZA 2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

S237e Santos Júnior, Paulo Luiz dos.
A educação como fator de desenvolvimento: o caso do município de Caxingó - PI / Paulo Luiz dos Santos Júnior. – 2014.
60 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2014.
Orientação: Prof. Dr. José de Jesus de Sousa Lemos.

1. Marginalidade Social. 2. Indicadores Sociais. I. Título.

CDD 330

PAULO LUIZ DOS SANTOS JÚNIOR

A EDUCAÇÃO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO: O CASO DO
MUNICÍPIO DE CAXINGÓ/PI

Monografia submetida à Coordenação do curso de Graduação em Ciências Econômicas outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade. A citação de qualquer trecho deste trabalho é permitida, desde que seja respeitado o acordo das normas de ética científica.

Aprovada em ____/____/____.

Dr. José de Jesus de Sousa Lemos
Professor Orientador

NOTA

Dr. Prof. Fábio Maia Sobral
Membro da Banca Examinadora

NOTA

MSc. Lydia Maria Portela Fernandes
Membro da Banca Examinadora

NOTA

A Deus.

À minha amada esposa Lina Franco e ao
meu filho Guilherme Franco.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Senhor e Salvador Jesus Cristo, meu Mestre e mentor espiritual, que tem me ajudado até aqui.

À minha amada esposa, Lina M. Ribeiro Franco, amiga de todas as horas e minha maior incentivadora que, mesmo nos momentos difíceis, acreditou que meu sonho era possível e dedicou todos os momentos de sua vida para me apoiar nessa grande e importante jornada.

Aos meus pais e, sobretudo minha mãe, Maria Prado, que sempre foi um exemplo de luta, uma guerreira fiel que nunca mediu esforços para me dar uma excelente educação e por isso cheguei até aqui.

Aos meus mentores e amigos Adalberto Portela e Deise Portela, que muitas vezes abandonaram seus momentos de trabalho e descanso para me aconselhar nas horas de dúvida.

Aos meus pastores Armando Bispo da Cruz, José Edson, Alcimou Barbosa e Daniel Costa, homens íntegros e de caráter incontestável que há 25 anos têm me transmitido palavras de fortalecimento, sabedoria e encorajamento e às suas respectivas famílias.

Ao Professor Doutor José de Jesus de Sousa Lemos por aceitar o desafio da orientação deste trabalho e acreditar que sempre podemos mudar o nosso Nordeste carente.

Ao Professor Doutor Eurípedys Ewbank pelo incentivo e atenção durante os primeiros passos.

Ao Professor Doutor Fábio Maia Sobral pelo prestígio e disponibilidade em participar da Banca Examinadora.

À Engenheira Agrônoma Lydia Maria Portela Fernandes pelo prestígio e disponibilidade em participar da Banca Examinadora.

A todos os professores com quem tive a sublime oportunidade de receber o conhecimento e partilhar das experiências.

A todos os meus amigos, familiares e irmãos em Cristo que de uma forma ou outra participaram desse projeto me incentivando e me guardando em oração.

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes”.

(Paulo Freire)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a situação sócio-econômica do município de Caxingó, uma pequena cidade do interior do Piauí, terceiro estado mais pobre do Brasil, estimando alguns indicadores que apontam a educação como fator principal para o desenvolvimento deste município. As condições sociais e econômicas, políticas públicas necessárias ao desenvolvimento, o investimento em educação, melhores condições de acesso à escola e programas para redução da taxa de analfabetismo são fatores fundamentais para um bom desempenho do município. Esses objetivos serão alcançados através da análise de indicadores importantes como o IES, nível de escolaridade e acesso à escola. O IES auferido revelou que há um alto índice de exclusão social e econômica. O nível de escolaridade foi analisado através de dados estatísticos e demonstrou uma melhora em termos relativos, mas não o suficiente para diminuir o grau de exclusão social, e o acesso a escola apresentou, através do número de matrículas, um aumento; porém não foi tão expressivo. Os dados foram auferidos através de uma amostra de 100 domicílios durante o mês de Julho de 2013. A amostra analisada apresentou também um percentual de 30,72% de analfabetismo. No ano de 2004 o investimento em educação foi de R\$ 163.331,26, ou seja, 5,37% dos recursos destinados ao município nesse mesmo ano. Já em 2013 o investimento foi de R\$ 288.245,06 reais, isto é, 3,8% dos recursos destinados ao município nesse mesmo ano. O nível de escolaridade influencia diretamente no nível de emprego e renda e, sobretudo em qualidade de vida. O resultado da amostra revelou também que há um percentual muito elevado de famílias que se beneficiam da Bolsa-Família, incentivo do Governo Federal para famílias de baixa renda, e que a atividade econômica aparenta estar estagnada, sem um contingente de assalariado abundante, nem atividade industrial.

Palavras-chave: Caxingó. Socioeconômico. Exclusão. Educação. Analfabetismo. Indicadores.

ABSTRACT

This work aims to analyze the socio-economic situation of the municipality of Caxingó, a small town in the interior of Piauí third poorest state in Brazil, estimating some indicators that point to education as the main development of this municipality factor. The social and economic conditions, public policies necessary for the development, investment in education, better access to schools and programs to reduce illiteracy rate are key factors for a good performance of the municipality. These goals achieved through analysis of important indicators such as IES, level of education and access to education. Earned IES showed that there is a high degree of social and economic exclusion. Have earned the IES revealed that there is a high level of social and economic exclusion. The education level was analyzed using statistical data and demonstrated an improvement in relative terms, but not enough to reduce the degree of social exclusion and access to school presented by enrollment, an increase, but was not as expressive. Informations earned through a sample of 100 households during the month of July 2013. The sample also showed a percentage of 30.72 % illiteracy. In 2004 investment in education was R\$ 163,331.26, or 5.37 % of the resources allocated to the county that year. Already in 2013 the investment was R\$ 288,245.06 real, namely, 3.8 % of the resources allocated to the county that year. The education level directly implies in employment and income, especially in quality of life. The sample result also revealed that It's there are a very high percentage of families that benefit from Bolsa-Familia Program, encouraging the Federal Government to low-income families, and that economic activity appears to be stagnant without a contingent of salaried abundant or activity industrial.

Keywords: Caxingó. Socio – economic. Exclusion. Education. Illiteracy. Indicators

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- População residente em Caxingó nos anos de 2000, 2007 e 2010....	27
Tabela 2	- Escolaridade média: comparativo por anos de estudo - 2000 a 2010.....	28
Tabela 3	- População e PIB <i>per capita</i> de municípios selecionados do Piauí em 2010.....	30
Tabela 4	- Quantitativos da pecuária em 2005 e 2010 para o município de Caxingó.....	31
Tabela 5	- Comparativo da produção de leite de vaca entre Caxingó e Uruçuí de 2005 a 2012.....	32
Tabela 6	- Produção Agrícola Municipal de Uruçuí e Caxingó em 2007.....	33
Tabela 7	- Pesos associados a cada um dos indicadores do IES.....	37
Tabela 8	- Pesos associados ao Passambi.....	37
Tabela 9	- Comparativo dos socialmente excluídos de Caxingó 2000 e 2012...	40
Tabela 10	- Percentual de escolarização do município de Caxingó, Piauí.....	42
Tabela 11	- Faixa de renda total das famílias da amostra – Caxingó 2013.....	43
Tabela 12	- Principal fonte de renda das famílias caxingoenses – Julho de 2013.....	45
Tabela 13	- Segunda fonte de renda das famílias caxingoenses – Julho de 2013.....	47
Tabela 14	- Média dos valores da Bolsa-Família <i>per capita</i>	50

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 1	-	Esboço geológico do município de Caxingó.....	25
Gráfico 1	-	Níveis de escolaridade da amostra para o município de Caxingó em 2013.....	42
Gráfico 2	-	Faixa de renda total das famílias da amostra – Caxingó 2013.....	44
Gráfico 3	-	Percentuais da principal fonte de renda das famílias.....	46
Gráfico 4	-	Percentuais da segunda fonte de renda das famílias.....	48

LISTA DE SIGLAS

CEPRO	Centro de Pesquisas Econômicas do Piauí
FNP	Frente Nacional de Prefeitos
ISS	Imposto Sobre Serviço
IES	Índice de Exclusão Social
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPECE	Instituto de Pesquisas Econômicas do Ceará
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MME	Ministério das Minas e Energias
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PASSEDUC	Passivo Educação
PASSOCIAL	Passivo Social
PASSECON	Passivo Econômico
PASSAMBI	Passivo Ambiental
PRIVEDUC	Privação de Educação
PRIVÁGUA	Privação de Água
PRIVSANE	Privação de Saneamento
PRIVLIXO	Privação de Coleta de Lixo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UAF	Unidade de Agricultura Familiar.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1 Conceito de Crescimento e Desenvolvimento.....	16
2.2 Desenvolvimento Sustentável	17
2.3 Pobreza rural e Exclusão Social.....	20
2.4 Educação e Desenvolvimento.....	21
3. ASPECTOS ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE CAXINGÓ.....	24
3.1 Aspectos Geográficos.....	24
3.1.1 Aspectos Geológicos.....	24
3.1.2 Recursos Hídricos.....	25
3.2 Divisão Político-Administrativa.....	26
3.3 História do Município de Caxingó.....	26
3.4 Aspectos Demográficos.....	27
3.5 Economia.....	29
4. FONTES DE DADOS E METODOLOGIA.....	35
4.1 Desenvolvimento do Método.....	35
4.1.1 Índice de Exclusão Social – IES.....	35
4.1.2 Passivo Educacional – PASSECON.....	39
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	40
5.1 Aspectos Relacionados à Educação para Caxingó.....	40
5.2 Níveis de Escolaridade de Caxingó.....	42
5.3 Níveis de Renda <i>per capita</i> das Famílias de Caxingó.....	43
5.4 Impacto do Programa Bolsa-Família no Desenvolvimento de Caxingó.....	48
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52
APÊNDICE A.....	55

1 – INTRODUÇÃO

A realização deste trabalho tem como agente impulsionador o interesse de analisar as condições sociais e econômicas do município de Caxingó, Piauí, devido ao laço afetivo criado pelas constantes visitas a um lugar ermo e que há muito permanece quase que inerte no tempo e no espaço, esquecido e desacreditado pelo poder público piauiense.

Para tanto se faz necessária uma análise criteriosa dos aspectos que tem impedido um maior desenvolvimento econômico e social do município, conhecer as principais características da educação como fator determinante do nível de renda, emprego, principais fomentadores do desenvolvimento econômico e social da região.

Assim, para entender a relação entre a educação e os índices de desenvolvimento será analisado o IES – Índice de exclusão social que sintetiza indicadores como taxas de analfabetismo, níveis de renda e emprego. O trabalho se realiza com base nos estudos e pesquisas de campo realizadas.

O objetivo geral deste trabalho é fazer um diagnóstico dos indicadores sociais e econômicos do município de Caxingó

Os objetivos específicos do estudo são:

A – aferir e analisar o passivo educacional no município de Caxingó, Piauí, com desdobramentos para a área urbana;

B – estimar indicadores de passivos de renda e ambientais para o município de Caxingó em 2012;

C – Estimar o índice de exclusão social do município de Caxingó em 2012.

Para alcançar estes objetivos foi desenvolvida uma pesquisa científica de natureza direta e descritiva, documental e bibliográfica utilizando dados primários e secundários. Os dados primários foram obtidos através de uma pesquisa de campo em 100 domicílios do município de Caxingó utilizando para isso questionários estruturados e pré-

codificados como instrumentos de coleta de informações. Os dados secundários foram obtidos através de consultas aos órgãos como Fundação Centro de Pesquisas Econômicas do Piauí – CEPRO, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e Secretaria da Educação do Município, dentre outros.

O trabalho está estruturado de tal forma que o conteúdo apresenta uma parte introdutória que dá um plano de fundo sobre o assunto, uma segunda contendo aspectos históricos, geográficos, políticos e socioeconômicos do município de Caxingó. A terceira parte aborda os aspectos da educação, ou seja, os níveis de escolaridade, como uma âncora para o desenvolvimento. Na quarta é uma apresentação dos principais indicadores sociais para demonstrar que esses níveis de escolaridade que afetam negativamente a educação são responsáveis para a manutenção dos índices de exclusão, principalmente nas áreas rurais, onde o acesso a uma educação de qualidade é muito precário. Na quinta seção é feita uma análise dos resultados. Na sexta parte é apresentada uma conclusão do estudo ratificando as hipóteses levantadas e por fim são apresentadas as fontes de dados, a metodologia utilizada e as conclusões.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa seção é discutido o conceito de crescimento e desenvolvimento econômico como parâmetro teórico para a investigação e justificação da afirmativa que é o objeto deste presente trabalho: apresentar a educação como indutora do desenvolvimento.

2.1 Conceitos de Crescimento e Desenvolvimento

Ao longo das décadas, principalmente na modernidade após a consolidação da Economia como uma Ciência que explica vários fatores e comportamentos econômicos, que movem as sociedades quanto à formação ou usufruto dos bens e serviços, procura-se entender melhor duas dimensões ou dois conceitos diferentes e importantes desses comportamentos que estão, sobretudo, relacionados às condições de vida das sociedades: o desenvolvimento e o crescimento econômicos.

O crescimento econômico é a dimensão econômica, ou melhor, como diz Gremaud (2005, p. 80): “é a amplificação quantitativa da produção”. Ele é medido, ou ainda, explicado através de vários indicadores, como pelo PIB e o estoque de mão de obra, por exemplo, que indicam amplificação dessa produção e a sua manutenção e distribuição na sociedade, ou seja, “[...] supõe-se na teoria do crescimento que os recursos estejam plenamente empregados. Assim, concentra-se em analisar o comportamento do produto potencial, ou de pleno emprego, da economia.” (GREMAUD, 2005; VASCONCELOS, 2007)

O conceito de desenvolvimento econômico está ligado a aspectos mais qualitativos do que quantitativos, muito embora esteja muito ligado ao aspecto do crescimento da economia. Assim a noção de desenvolvimento de uma sociedade ajuda a entender como está a qualidade de vida das pessoas. Gremaud (2005, p. 81) afirma que “A ideia de desenvolvimento econômico está associada às condições de vida da população ou à qualidade de vida dos residentes no país.”

Portanto, crescimento econômico está relacionado aos aspectos quantitativos que envolvem os níveis de renda e do produto agregado de longo prazo e desenvolvimento

econômico está relacionado aos aspectos qualitativos que envolvem a qualidade do produto agregado e de como ele determina o bem-estar social.

2.2 Desenvolvimento Econômico Sustentável

Desenvolvimento sustentável ou “sustentabilidade” é um termo que está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento econômico e produção agregada da economia e significa todas as ações humanas capazes de produzir as necessidades humanas, sem, contudo, agredir o meio ambiente nem comprometer a estrutura produtiva futura. Assim, mais uma vez Gremaud (2005, p. 100) mostra que “Por desenvolvimento sustentado entende-se o desenvolvimento que, ao atender as necessidades do momento presente, não signifique um limite à possibilidade do atendimento das necessidades das gerações futuras.”

Essa visão de desenvolvimento sustentável está focada nas ações econômicas que visem o crescimento da economia e que garantam uma situação de bem-estar em todas as esferas. Segundo Lemos (2012, p. 45), é necessário entender esse conceito de uma forma globalizada de maneira que se atinja pelo menos cinco dimensões: social, econômica, ecológica, geográfica e cultural.

A dimensão social diz respeito à forma igualitária com que a distribuição de renda ou do produto alcança a população produzindo um padrão de vida mais justo, reduzindo, se não, dirimindo as assimetrias sociais. A dimensão econômica tem sua ação voltada para investimentos dos setores públicos e privados que promovam uma boa utilização dos recursos renováveis e não-renováveis. A dimensão ecológica está pautada na preservação dos redutos ambientais e melhor administração da extração dos recursos naturais no sentido da sua reposição de forma mais rápida e eficiente, buscando alternativas para o melhor aproveitamento desses recursos sem extingui-los. A dimensão geográfica busca uma melhor estratégia para evitar o crescimento demográfico desordenado que causa um desequilíbrio espacial. Por fim a dimensão cultural que, segundo Sachs (1997 *apud* LEMOS, 2012. 46 p.), talvez seja a dimensão mais difícil de ser alcançada, uma vez que encontram muitas barreiras econômicas e de publicidade de

massa para a manutenção dos valores comportamentais das pessoas, devido ao incentivo do consumo imediato e desenfreado.

O desafio dos órgãos e entidades governamentais é tentar estabelecer a melhor estratégia para associar a melhor forma de manter a economia em pleno emprego de seus recursos com uma consciência ecológica e igualdade social visando, sobretudo, a garantia de um desenvolvimento e crescimento econômico sustentáveis. Nessa perspectiva, buscou-se difundir essa visão no seio da sociedade mundial e através do Relatório de Brundtland, que foi realizado em 1987 na Noruega, organizado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento com o título de “O Nosso Futuro Comum”, essa visão foi massificada. Esse Relatório trazia em seu bojo várias medidas de cunho social, político e econômico com o objetivo de reduzir essas assimetrias sociais, econômicas e ambientais.

Parece haver uma dificuldade em associar elementos que se contrapõem quanto aos interesses emergentes. De um lado, a busca de se manter o ritmo acelerado da economia visando à maximização do lucro e a acumulação do capital, do outro a tentativa de se conciliar esses aspectos econômicos com um equilíbrio ecológico, ambiental, geográfico, cultural e social. A internacionalização dos meios de comunicação pressiona o consumo de maneira dinâmica e acelerada, mas as campanhas educacionais e culturais que visam cultivar os bons hábitos da utilização dos bens e produtos produzidos pela economia, e maneira a repor-lhes ou reutilizá-los, parece não ter a mesma frequência, força e alcance. Esses antagonismos de interesses poderiam encontrar nos investimentos em iniciativas educacionais um suporte que propiciasse às gerações futuras uma visão diferenciada de promover o equilíbrio socioeconômico e uma sustentabilidade do desenvolvimento da economia. Para Sachs (1997 *apud* LEMOS, 2012) “os novos paradigmas de desenvolvimento econômico (desenvolvimento sustentável) deveriam conter alguns princípios norteadores, dentre os quais: promover projetos e planos educacionais em todos os níveis para toda a população”. Esse e outros norteadores serviram de base para se conceber o interesse em resolver esses antagonismos cujo ponto de partida foi o Relatório de Brundtland.

Partindo desse arcabouço teórico, dá para se analisar a situação caótica de pobreza extrema em que se encontram muitas áreas rurais do Brasil. Então, é possível falar de desenvolvimento rural sustentável e entender que essas assimetrias supracitadas permeiam principalmente as áreas rurais, periféricas dos países e traçam um retrato cruel da pobreza humana, inclusive no Brasil, e há uma necessidade de se promover políticas públicas que fomentem essa visão também nas áreas rurais, onde há uma tendência mais forte de desigualdades. Assertivamente, Lemos (2012) explica que:

O desenvolvimento rural sustentável deve ser entendido como um conjunto de ações sinérgicas capazes de incrementar a qualidade de vida das populações rurais, ao tempo que mantêm intacta a base dos recursos naturais renováveis, ou não-renováveis. Estes são os fundamentos deste conceito e que precisam ser internalizados para o fomento de políticas públicas que fustiguem a sua conquista. (LEMOS, 2012, p.54)

Uma forma de se tentar alcançar esse desenvolvimento rural sustentável é o desenvolvimento das UAF – Unidades de Agricultura Familiar, uma ação muito utilizada em países subdesenvolvidos. Segundo Lemos (2012) “[...] o desenvolvimento rural em áreas de pobreza precisa da ação indutora do Estado também provendo serviços de assistência técnica gratuita, extensão rural e geração de novos conhecimentos adaptados às condições de maior vulnerabilidade técnica e social”. Essas unidades agrícolas têm o objetivo de fornecer uma maior diversificação da produção e um incremento no produto agrícola, agregando um valor maior ao produto do campo e melhorando a renda das famílias. Porém, o incremento técnico-profissional deve ser fomentado para que essa ação se torne viável e eficaz para o fortalecimento do desenvolvimento rural sustentável. Essas unidades produtivas, ao receber incentivos e investimentos do setor público, ao utilizar-se do incremento técnico-profissional, do acesso à educação, ao crédito e aos meios de escoamento da produção, dentre outros, torna-se um fator estratégico para a atividade econômica uma vez que se torna economicamente viável e competitiva com outras modalidades produtivas.

A partir disso é possível entender a importância da agricultura familiar para desenvolvimento rural sustentável. Nesses últimos dez anos, a renda da agricultura familiar cresceu 52%, o que permitiu que mais de 3,7 milhões de pessoas ascendessem para a classe média. O segmento é responsável por 4,3 milhões de unidades produtivas -

o que representa 84% dos estabelecimentos rurais do país - 33% do Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário e emprega 74% da mão de obra no campo (MDA, 2013).

A agricultura familiar é um setor estratégico para o País. Assim, um conjunto de políticas públicas para o setor contribui para a estabilidade econômica e social brasileira, que coloca a agricultura familiar como um dos pilares para o projeto nacional de desenvolvimento e define um novo lugar do rural (MDA, 2013)

Em suma, “a sustentabilidade do desenvolvimento da agricultura familiar (e do desenvolvimento rural) passa, necessariamente, pela capacidade de viabilizar-se economicamente e pela capacidade de competir com outras modalidades de organização produtiva” (BUAINAIN, 2006, p. 135 *apud* LEMOS, 2012, p. 58).

2.3 Pobreza Rural e Exclusão Social

Para a ONU (1997), pobreza significa a negação de oportunidades de escolhas mais elementares do desenvolvimento humano (HDR, 1997 *apud* LEMOS, 2012, p. 63). Outro conceito é que a pobreza pode ser entendida como um fenômeno complexo e definida, de forma genérica, como “a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada” (ROCHA 2006, p. 9-10 *apud* LEMOS, 2012, p. 63). Para o Banco Mundial (2000), a pobreza acontece devido a: 1. Falta de renda e de recursos para atender necessidades básicas: alimentos, habitação, vestuário e níveis aceitáveis de saúde e educação. 2. Falta de voz e de poder nas instituições estatais e na sociedade. 3. Vulnerabilidade a choques adversos, combinada com uma incapacidade de enfrentá-los. (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 31 *apud* LEMOS, 2012, p. 63). Ou seja, existem muitas definições sobre pobreza por diversos autores, mas para Lemos (2012, p.64), pobreza se refere a uma posição passível de quantificação determinada pela posição relativa do indivíduo ou da família no que se refere à posse de bens, serviços e, em última instância, de riqueza de bens materiais e ao acesso a esses.

Quando se fala de pobreza, remete-se a um conceito bem mais claro, que facilita o nosso entendimento, o conceito de “privação”, ou seja, “a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada” (LEMOS, 2012). No Brasil, sabe-se

que as desigualdades são imensas, as assimetrias são enormes, principalmente quando se refere às áreas rurais das regiões Norte e Nordeste. É nessas áreas onde se pode notar um alto grau de privação, tanto de educação, como de saneamento básico e renda adequada. Os indicadores sociais que configuram esse grau de privação claramente demonstram que, principalmente nas áreas rurais, as condições de vida não são compatíveis com os níveis desejáveis de desenvolvimento humano. Essas privações são identificadas através de cálculos ponderados de indicadores sociais importantes aferidos pelos índices de desenvolvimento como o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano e o IES – Índice de Exclusão Social. O estoque de educação composto pelos níveis de escolaridade, as condições de acesso a níveis de renda satisfatórios que ofereçam uma vida digna, condições de saneamento básico, de saúde, expectativa de vida, e muitos outros, quando quantificados e ponderados podem trazer uma aproximação do nível de exclusão social em que uma sociedade se encontra. Outro indicador que pode determinar algum contingente de socialmente excluídos é a concentração de renda, de terra, por exemplo, ou ainda, a detenção da posse dos meios de produção. Pode-se perceber claramente, em muitas regiões rurais do Brasil, que essas são as características marcantes da pobreza rural. As condições de acesso a serviços básicos e de qualidade interferem diretamente na qualidade de vida das famílias, logo essa condição de exclusão delimita uma sociedade de poucos muito ricos e muitos em pobreza extrema:

“Como se percebe, podem-se distinguir dois aspectos básicos nesta definição de pobreza”. Em primeiro lugar, de um ponto de vista de economia política, pobreza se trata de relações entre grupos sociais que competem entre si e que, em graus diferentes, assumem o controle dos bens e dos meios de produção e, por conseguinte, do padrão de renda e de riqueza gerado. Assim, pobreza, nesta perspectiva, não se trata simplesmente de um *estado de existência diante de uma linha imaginária de renda*. A pobreza é determinada e definida pela forma como se dão as relações entre os grupos sociais e no poder que determinado grupo tem de se apoderar dos ativos gerados pelas atividades econômicas. (LEMOS, 2012, p. 64)

2.4 Educação como Indutora do Desenvolvimento

A disseminação da desnutrição e a falta de perspectivas de redução da pobreza extrema têm consequências amplas sobre a educação. Com o crescimento do desemprego e a redução de remessas, muitas famílias pobres e vulneráveis estão sendo forçadas a

cortar gastos com a educação ou a tirar seus filhos da escola (UNESCO, 2010, p. 7). Essa realidade se apresenta em nível mundial. Obviamente, isso se apresenta como um termômetro, para mostrar que o fator educação é, dentre outros, um aspecto de relevância para o desenvolvimento de uma sociedade.

A magnitude dos programas educacionais que deveriam ser implantados, ou ainda, desenvolvidos e melhorados, irá refletir uma sociedade cada vez mais ajustada e bem desenvolvida. Não adianta só olhar para o número de escolas ou matrículas, mas para a qualidade do ensino, para as condições de inclusão dos socialmente excluídos da vida escolar, investir em ações para reduzir o índice de evasão escolar entre outras ações que tragam novas perspectivas educacionais, principalmente nas séries iniciais, não só no aspecto quantitativo, mas também qualitativo. O aspecto educacional é de grande expressividade uma vez que isso irá refletir nos aspectos econômicos diretamente. Hoje o Brasil enfrenta um grande problema quanto à falta de mão de obra especializada. Isso é o reflexo de deficiências passadas que está trazendo retornos negativos na atualidade. Sobre essa necessidade de investimento em educação Lemos (2012) ressalta:

“O acesso a educação é fundamental, sobretudo para as crianças e adolescente. Mas precisa-se reduzir as atuais taxas de analfabetismo que prevalecem nas áreas rurais brasileiras, sobretudo do Norte e Nordeste do Brasil. Precisa-se elevar o nível de escolaridade média através da implantação de ensino de qualidade em nível médio nas áreas rurais; prover programa de saúde da família; programas de educação ambiental; programas de educação sexual para os casais em fase de reprodução, para que façam o planejamento adequado do tamanho das suas famílias e, portanto, planejem a quantidade de filhos que deverão gerar. (LEMOS, 2012, p. 58)

O impacto de uma educação de qualidade nas áreas rurais traria importantes avanços para o desenvolvimento rural sustentável na medida em que o agricultor passasse a ter a capacitação teórica e técnica para diversificar e melhorar o produto do campo e conseqüentemente, melhorar seu nível de renda familiar. No aspecto cultural teriam implicações relevantes no sentido da exploração dos recursos naturais do campo, não de forma predatória, mas com uma consciência ambiental, preservando a biodiversidade, replantando, ou seja, voltada para a sustentabilidade.

A educação precisa ser prioridade. Um exemplo de alto investimento em educação são os EUA que destinaram, no ano de 2010, US\$ 130 bilhões para as despesas em educação (UNESCO, 2010, p. 8). É um dos fatores que eleva essa nação a um altíssimo grau de desenvolvimento. No Brasil o problema é a má distribuição dos recursos, mas tem alcançado alguns degraus em termos de investimento nesse setor; porém, ainda é muito pouco para uma nação dessa dimensão, de um enorme potencial agrícola com o título de sétima potência econômica mundial, não pelo volume investido, mas pelos resultados medíocres alcançados (AZEVEDO, 2012).

As taxas de analfabetismo são muito altas em muitos municípios brasileiros, principalmente nas áreas rurais. O Brasil investe mal na educação e isso tem repercussões negativas no plano econômico e nos índices de desenvolvimento. O Brasil investe três vezes menos que os países desenvolvidos (CIEGLINSKI, 2013). Embora tenha alcançado bons resultados em termos de crescimento econômico na última década, o país ainda traz consigo uma péssima reputação quando o assunto é desenvolvimento humano e dentre as causas principais, pode-se afirmar, é a privação de educação de qualidade e altíssimas taxas de analfabetismo.

3. ASPECTOS E FORMAÇÃO ECONÔMICA DE CAXINGÓ

Nesta Seção é feita uma análise dos aspectos geográficos, históricos, populacionais, econômicos assim como da sua formação político-administrativa do município de Caxingó. Baseado nessas informações será possível compreender o atual nível de desenvolvimento do município.

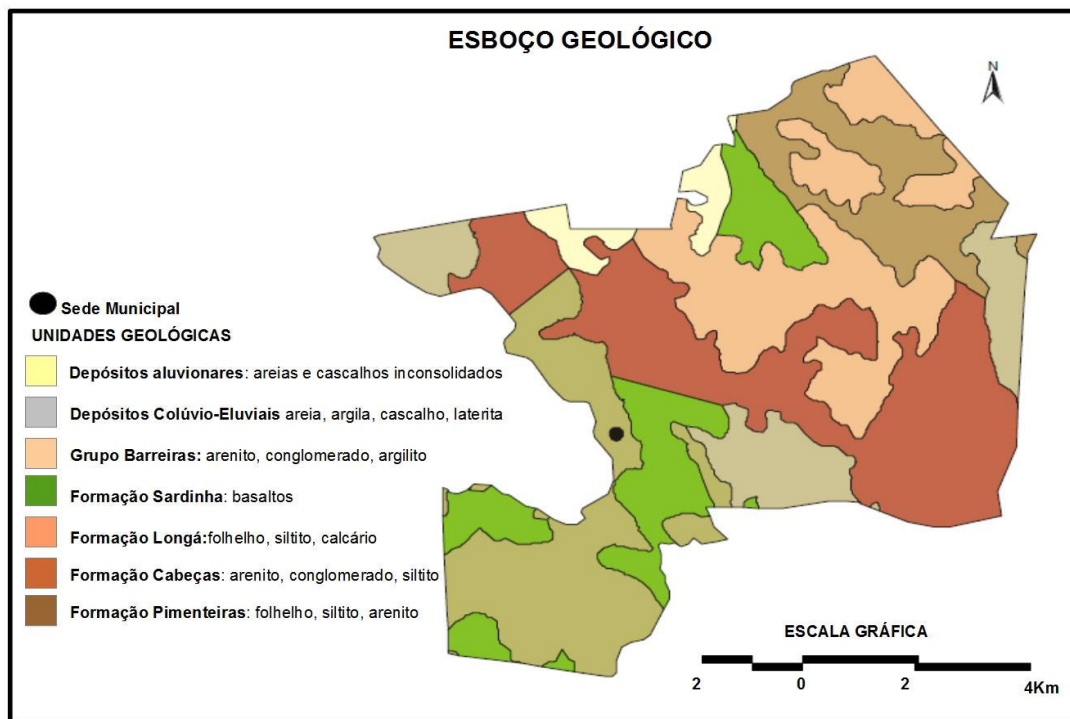
3.1. Aspectos Geográficos do Município de Caxingó

Os registros do IBGE e MME – Ministério das Minas e Energias mostram que o município de Caxingó possui 488 km² de área territorial e sua vegetação está caracterizada em grande parte por caatinga arbórea e arbustiva e cerrado. O clima é quente tropical alternadamente seco e úmido, sendo que durante seis meses predomina o clima seco, com temperaturas médias variando entre 25°C e 34°C (IBGE, 2010). O território estende-se ao longo do rio Longá, de onde extrai a maior parte dos seus recursos hídricos (MME, 2004, p. 5).

3.1.1 Aspectos Geológicos

De acordo com o MME (2004, p. 3), “as unidades geológicas pertencentes às coberturas sedimentares dominam em todo o âmbito do município”. Para efeito de simplificação a descrição, caracterização e participação dessas formações geológicas ao longo do território caxingoense encontram-se apresentadas na Figura 1 abaixo.

Figura 1: Esboço Geológico do município de Caxingó



Fonte: MME, 2004

3.1.2 Recursos hídricos

O Piauí é um Estado que tem um clima muito quente e que em muitas regiões do estado são caracterizadas pelos intensos períodos de seca. Os municípios piauienses estão inseridos no chamado Polígono das Secas e esses municípios apresentam um baixo nível de recursos hídricos, características estas que compõe o conjunto de justificativas dos baixos índices de desenvolvimento econômico. Conforme o MME (2004, p. 5), no município de Caxingó distingue-se quatro domínios hidrogeológicos: rochas sedimentares, basaltos da Formação Sardinha, as coberturas colúvio-eluviais e as aluviões.

Conforme os estudos deste órgão, as rochas sedimentares pertencentes à Bacia do Parnaíba e englobam as formações Pimenteiras, Cabeças e Longá, correspondem a cerca de 50% da área total do município e assim como a Formação Sardinha, o domínio representado pelos sedimentos do Grupo Barreiras e o domínio correspondente aos

depósitos colúvio-eluviais não apresentam importância hidrogeológica. Assim, as características litológicas da Formação Cabeças e depósitos aluvionares constituem-se um importante potencial hídrico pelas suas características de alta permeabilidade e porosidade (MME, 2004, p. 5 a 6). Essas informações são importantes por denotar as condições difíceis no que tange às condições hídricas, mas também mostram que ainda há regiões que podem ser exploradas por se constituírem importantes captadores de água de subsolo.

3.2. Formação Político-Administrativa

Caxingó atualmente é caracterizado como município, assim, possui autonomia político-administrativa. Conforme registrado no IBGE “[...]Caxingó, o ex-povoado foi elevado à categoria de “município e distrito” pela lei estadual nº 4811, de 27 de Dezembro de 1995, desmembrado de Buriti dos Lopes em 01 de Janeiro de 1997[...]” e permanece assim até os dias de hoje (IBGE, 2013).

3.3. Histórico do Município de Caxingó

Caxingó é um município recente com apenas 17 anos de existência como município e antes desta data era uma simples localidade pertencente a Buriti dos Lopes. A história do município consta nos registros do IBGE conforme citado abaixo:

“[...] no ano de 1861 o imigrante Otávio Medeiros da Cunha e sua esposa Amélia Santos Medeiros, que se deslocaram do Alto de Sertão Pernambuco e vieram fazer morada do lado esquerdo do Rio Longá, quando aqui era município de Parnaíba. Quando Otávio Medeiros da Cunha chegou nesse local, achou muito bonito para uma morada e ali se arranchou, pois era um vale apropriado para trabalhar dentro da lavoura. Tempo depois, Otávio Medeiros da Cunha, devido ao lugar apropriado para chegada de outros aspirantes da mesma profissão de lavrador, percebeu a necessidade da existência de um comércio, e sem olhar as dificuldades da aquisição de mercadorias montou um pequeno estabelecimento para atender algumas necessidades e assim, atraiu os moradores das fazendas São Caetano, Granjo, Olho d’água dos Balduínos e Caraúbas que já existiam nessa época. Esses moradores vinham comprar aquilo que precisavam no comércio de Otávio Medeiros. Como este desbravador tinha sofrido, ainda em Pernambuco, um acidente que lhe foi preciso amputar a perna esquerda, quando aqui chegou começou a trabalhar e, fazendo seu pequenino comércio, foi bem sucedido. Depois ficou conhecido como Caxingó, devido ao esforço de caminhar com uma perna só. Todos da região se juntavam para chegar até o comércio de Caxingó fazer suas compras e por conta disso, mais tarde deu-se origem ao nome de Caxingó a este

povoado. Como não tinha filhos este casal fundador desse então povoado já designado de Caxingó, foi sucedido pelos primeiros habitantes: Antônio Lucas de Carvalho, vindo da vizinha Vila de Buriti dos Lopes, Felipe Alves da Chagas, Francisco Alves Ribeiro Franco, Eduardo Neri Machado, imigrante do vizinho Estado do Ceará, do lugar Boíba, hoje Estado do Piauí município de Cocal. Chegando ao ano de 1920, o senhor Felipe Neri Machado, casando com uma filha ilustre de Caxingó, se tornou um forte comerciante e grande criador de gado. Em sequência, no ano de 1922, chegou a Caxingó o senhor Antônio Joaquim de Carvalho, imigrante de Cocal dos Alves município de Cocal-Pi e, casando com uma cunhada do senhor Felipe Neri Machado seu conterrâneo, tornou-se o maior fazendeiro da região e forte comerciante desta terra. É importante lembrar-se do capitão Clarindo Rodrigues de Carvalho, já filho dos primeiros habitantes de Caxingó quer destacou-se como fazendeiro e grande militante na política de Buriti dos Lopes. Foi delegado de polícia neste povoado por mais de trinta anos. Hoje este povoado, através da lei estadual nº 4.811, de 27 de dezembro de 1995, elevou-se à categoria de cidade e transformou-se na linda e próspera cidade Caxingó” (IBGE, 2013).

3.4. Aspectos Demográficos

O município de Caxingó possui, segundo o último Censo Demográfico do IBGE possui 5.039 habitantes. Os números da Tabela 1 abaixo permitem uma simplificação em termos percentuais de maneira que, de 1997, data da sua constituição como município, a população apresentou um crescimento de apenas 21,51%. A estimativa de crescimento para 2013 é, em média, de apenas 3,46% chegando a 5213 habitantes (IBGE, 2010).

Segundo dados analisados do anuário estatístico de Caxingó divulgado pela Fundação CEPRO (2000, p. 1), a partir dos dados do Censo do IBGE, no ano 2000, 18,28% da população viviam na zona urbana e 81,72% na zona rural. Tomando como base as informações do Censo 2010 do IBGE, atualmente esse percentual subiu para 19,17% na zona urbana e caiu para 80,83% na zona rural.

Tabela 1 – População residente em Caxingó nos anos de 2000, 2007 e 2010

População	2000		2007		2010	
	Habitantes	%	Habitantes	%	Habitantes	%
Total	4147	100	5023	100	5039	100
Urbana	758	18,28	951	18,93	966	19,17
Rural	3389	81,72	4072	81,07	4073	80,83

Fonte: IBGE - Censos demográficos 2000 a 2010

Elaboração própria a partir das informações do IBGE

A partir da análise desses números é possível desenhar um cenário socioeconômico para o Município de Caxingó que, com quase dezessete anos de história, continua essencialmente agrícola e a maior parte da população vive na Zona rural, e parte dela sem acesso a alguns itens essenciais como água encanada, esgotamento sanitário, fossas sépticas e energia elétrica. Não há atividade industrial e a produção local, como por exemplo, de leite, ou abastece as cooperativas de municípios vizinhos ou serve para a subsistência, logo não há uma procura intensa pelo trabalho assalariado formal. Sendo assim, o incentivo técnico não é fomentado, pois na localidade não há postos de trabalho que absorvam mão de obra, logo a educação é estagnada e, não há perspectivas profissionais nem aprimoramento técnico e o município não consegue crescer nem desenvolver-se economicamente. Fazendo uma comparação com alguns municípios piauienses, como será mostrado mais adiante, é possível verificar alguns números sobre a indústria. O que deve ser levado em consideração, a priori, ou melhor, o que merece destaque é que os índices de escolaridade média nos municípios constantes na Tabela 2 são bem maiores que os índices do município de Caxingó:

Tabela 2 – Escolaridade média: comparativo por anos de estudo - 2000 a 2010

População	2000	2010
Caxingó	1,5	2,5
Parnaíba	4,9	4,9
Uruçuí	3,3	4,8
Fronteiras	3,1	3,8

Fonte: Lemos, 2012

Possivelmente esses níveis se configuram assim devido à situação econômica dos outros municípios que conceberam em algum momento uma atividade industrial, ainda que modesta, um desenvolvimento do comércio mais intenso, investimentos mais expressivos na educação e condições de vida mais favoráveis. Contudo, ao se adentrar nessa região que é bem recente, nota-se que ainda não há uma infraestrutura que justifique receber a instalação de uma fábrica de médio ou grande porte, pois a maioria das estradas é de terra, algumas localidades do município ainda não têm energia elétrica,

o que dificultaria o escoamento de mercadoria. Há ainda uma característica marcante em várias partes do município, o latifúndio improdutivo, possivelmente herança da cultura colonial, não explorado e não aproveitado, porém com um potencial muito grande, principalmente para o cultivo da carnaúba, arroz, milho, feijão, mandioca, leguminosas, etc. Contudo não justifica o baixo nível de escolaridade apresentado, muito embora tenha havido um crescimento médio durante o intervalo de dez (10) anos, período de tomado como referência, de aproximadamente 66% para o município de Caxingó, significando um aumento bastante expressivo em relação aos outros municípios constantes na Tabela 2 no mesmo período. Pode-se entender que, mesmo tendo havido um crescimento, não foi o suficiente para evitar um altíssimo índice de exclusão social como será apresentado mais adiante.

3.5 Economia

A economia do município tem como base a agropecuária. Porém é preciso fazer uma análise mais aprofundada sobre o setor de serviços, comércio, indústria e turismo para melhor entendimento de como estes setores influenciam o PIB do município, porém as informações do IBGE apontam um setor de serviços bem mais forte que o da agropecuária (IBGE, 2013).

Logo a seguir, na Tabela 3, há um comparativo entre Caxingó e alguns municípios do Piauí com base nos dados do IBGE (2010). Como exemplo, no município de Uruçuí, que é bem mais industrializado, constata-se que o PIB *per capita* é de R\$ 22.002,44, enquanto no município de Caxingó o PIB no mesmo período foi de R\$ 4.515,63. Esse número representa comparativamente a 20,5%, aproximadamente, do PIB do município de Uruçuí, ou seja, quase cinco vezes menor, e 25,92% em relação ao PIB de Fronteiras. A razão de compararmos com Uruçuí e Fronteiras é porque nesses municípios nota-se a presença de indústrias, como por exemplo, a processadora de soja e produtora de bioenergia, Bunge, localizada no sul do estado, em Uruçuí, a Cimento Nassau situada em Fronteiras. Na cidade de Parnaíba, cidade bem mais próxima da capital Teresina, nota-se a presença de um comércio bem mais desenvolvido, obviamente

por se tratar de uma cidade bem mais antiga, com uma população bem maior e também pelo grande potencial turístico, porém não há um investimento na área da indústria, pois a cidade não dispõe de uma infraestrutura adequada, ainda, para tais investimentos segundo informações divulgadas em 2012 (ANDRADE, 2012).

Tabela 3 – População e PIB *per capita* de municípios selecionados do Piauí em 2010

Município	População	PIB <i>per capita</i>
Caxingó	5.039	4.515,63
Teresina	814.230	12.940
Parnaíba	145.705	6.498,97
Uruçuí	20.149	22.002,44
Fronteiras	11.117	17.420,87

Fonte: IBGE, 2010

O setor de serviços de Caxingó é típico de uma cidade pequena, com posto de gasolina, pequenos comércios, farmácia, entre outros estabelecimentos, mas é o setor que mais tem agregado valor economicamente para o município como relatado anteriormente segundo estudos do IBGE (2013). Não há indústrias, nem hospitais particulares ou públicos, apenas três (3) postos de saúde com serviços ambulatoriais. O turismo pouco contribui para o incremento econômico do município. O município registrou em 2010 uma receita de ICMS de R\$ 257.300,00 segundo a FNP – Frente Nacional de Prefeitos (FNP, 2013). Os dados sobre a arrecadação de ISS não foram disponibilizados para o ano de 2012, porém em 2009 o município registrou uma arrecadação de R\$ 44.353,00 em ISS – imposto sobre serviço. (IBGE, 2009).

O comércio formal não apresenta números satisfatórios. Por se tratar de um município essencialmente agrícola percebe-se onde está alocada maior parte da mão de obra, isto é, no campo. Mas também há mão de obra assalariada no setor de comércio. O número de empresas cadastradas foi de 28 unidades que absorveu um contingente de 292 trabalhadores assalariados. Em 2006 esse número era de 15 empresas e 168 pessoas. Isso

significa um crescimento médio da constituição de empresas de 87% e 84,5%, respectivamente, da contratação de trabalhadores assalariados em seis anos (IBGE, 2007 a 2011).

Não há atividade industrial no município. Aliás, é um reflexo da própria característica econômica do Estado do Piauí que não apresenta uma estrutura industrial ampla e de grande porte, embora Teresina venha se destacando no crescimento de seu parque industrial (www.cadaastroindustrialpi.com.br). O município de Caxingó tem sua economia voltada para o setor agropecuário, porém não em grandes proporções. Na agricultura há uma intensa atividade na extração da carnaúba, produção de leite, produção de mandioca, milho, melancia, feijão. A pecuária é representada pela criação de gado de pequeno e médio porte conforme pode ser conferido na Tabela 4 (IBGE, 2012). Pode-se dizer que o município ainda não despertou para a atividade industrial.

Tabela 4 – Quantitativos da pecuária em 2005 e 2010 para o município de Caxingó

Efetivo do Rebanho	Quantidades x Ano		Produção
	2005	2010	
Bovino	4.970	5.377	Cabeças
Suínos	4.756	2.306	Cabeças
Eqüinos	399	381	Cabeças
Asininos	355	236	Cabeças
Muare	110	104	Cabeças
Ovinos	1.850	2.140	Cabeças
Galo, Frangos, Frangas, Pintos	11.106	12.422	Cabeças
Galinhas	4.857	5.431	Cabeças
Vacas ordenhadas	460	478	Cabeças
Leite de vaca	310	341	Mil litros
Ovos de galinha	19	23	Mil dúzias

Fonte: IBGE, 2005 e 2010

O município de Caxingó tem sua base pecuária voltada para a agricultura familiar, porém alguns números ressaltam um potencial muito grande que merecem um destaque e um maior interesse para a atividade produtiva. O município apresentou em 2005 uma produção de leite considerável conforme mostrado na Tabela 6. Foram 310 mil litros contra 314 mil litros em 2012 (IBGE, 2012). A seguir segue a Tabela 5 com os dados da distribuição de leite comparando-se dois municípios do mesmo estado. Uruçuí já conta com a presença de indústria, porém quando se refere à pecuária pode-se notar uma diferença gritante entre os dois em termos proporcionais.

Tabela 5 – Comparativo da Produção de leite de vaca entre Caxingó e Uruçuí – 2005 a 2012

PRODUÇÃO DE LEITE DE VACA						
		2005		2012		
Município	Cabeças	Mil litros	Produção mil reais	Cabeças	Mil litros	Produção mil reais
Caxingó	4.970	310	-	5.377	341	341
Uruçuí	14.713	342	-	18.472	392	706

Fonte: IBGE, 2005 e 2010

Comparando os números de Caxingó com a cidade de Uruçuí, que é uma cidade que foi tomada como referência, porque está em fase de industrialização cuja principal indústria é a processadora de soja e bioenergia Bunge, que possui universidade e escola tecnológica e tem apresentado um ritmo de crescimento bastante relevante (SEDET – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico do Piauí, 2013), Caxingó tem uma produção de leite bem elevada. Tomando esse argumento como ponto de referência, seria imprescindível e completamente possível explorar esse setor para uma intensa atividade industrial. Contudo, a mão de obra especializada, o aprimoramento técnico e educacional, os incentivos em todas as esferas, municipal, estadual e federal, bem como a visão empreendedora do setor privado são elementos primordiais que podem impulsionar essa importante atividade no setor e não são elementos presentes no crescimento e conseqüente desenvolvimento econômico desse município.

No setor agrícola ressalta-se o grande potencial do cultivo de arroz em Caxingó que apresenta um rendimento médio de quilogramas por hectare e bem maior do que em Uruçuí. Os períodos de seca são bem intensos na região, e embora os aspectos hidrogeológicos da região não sejam tão favoráveis, conforme apresentado no início desse trabalho, as formações Cabeça, formações Barreiras e depósitos aluvionares, que representam um pouco mais de 50% conforme está mostrado na Figura 1 apresentada na página 26 deste trabalho, favorece esse aproveitamento da colheita. É possível confirmar esses números a partir dos dados do IBGE de 2007 conforme a Tabela 6 abaixo:

Tabela 6 – Produção Agrícola Municipal de Uruçuí e Caxingó em 2007

Cereais, Leguminosas e Oleaginosas					
Caxingó	Toneladas	Mil reais	Área plantada	Área colhida	Rendimento médio (Kg/Ha)
Arroz (em casca)	2.263	1.132	976	976	2.318
Feijão (em grão)	46	55	227	227	202
Milho (em grão)	198	95	413	413	479
Uruçuí	Toneladas	Mil reais	Área plantada	Área colhida	Rendimento médio (Kg/Ha)
Arroz (em casca)	9.949	6.094	12.331	11.436	869
Feijão (em grão)	1.543	2.356	1.383	1.373	1.123
Milho (em grão)	6.832	2.938	1.986	1.909	3.578

Fonte: IBGE, 2007

Sobre o turismo local pode-se dizer que é muito incipiente. Segundo as pesquisas feitas recentemente foi constatado que ainda não há um incentivo mais forte ao turismo.

Carvalho *et. al.* (2009 *apud* GOMES *et. al.*, 2013. 51 p) diz que Por muito tempo o termo turismo apareceu agregado a outros setores como esportes, cultura, indústria e comércio.

Dessa forma a atividade turística deixa de ter a devida atenção para o setor. É o que está acontecendo em Caxingó onde o turismo aparece agregado a secretaria municipal de cultura, esporte e lazer. Muito embora haja uma profunda relação entre estes setores e na maioria das vezes trabalhem em conjunto e com os mesmos objetivos, o turismo deixa de ser prioridade no município não possuindo ações específicas para a realização da atividade. Contudo, como na maioria das cidades brasileiras, o turismo religioso acaba por tornar-se o principal atrativo turístico (GOMES, 2013, p. 51). Embora haja indícios de que o local é um importante sítio arqueológico que ainda não foi explorado, isso não se constituiu ainda em um cenário de importância nacional (PORTELA, 2010). Os incentivos para turismo em Caxingó estão muito aquém do que se poderia obter caso houvesse um despertar por parte dos órgãos públicos destinados a esta atividade como um agregador ao fator educacional. Os investimentos na educação não podem, de maneira nenhuma, ficar limitados apenas na construção de escolas ou pequenos projetos de alfabetização de jovens e adultos; ainda é possível desenvolver mais projetos que una a escola ao turismo. Um exemplo seria a exploração turística da localidade, para que a população pudesse conhecer seus aspectos naturais, sua história e seu potencial. Poucas pessoas conhecem, mas em Caxingó podemos encontrar atrativos de lazer e turismo também, como é o caso da Serra no Morcego que proporciona uma linda paisagem do alto da pequena serra. No percurso é possível conhecer o Arco do Covão, na localidade chamada Taboquinha¹, com suas pinturas rupestres espalhadas pelas diversas grutas e rochas (CARDOSO, 2011), e em meados de Abril, durante a Semana Santa, época em que normalmente apresenta período de chuvas pode-se também aproveitar os diversos riachos e quedas d'água que se espalham por diversos locais do município.

¹ TABOQUINHA é o nome dado por alguns moradores do município e que não consta nas fontes pesquisadas.

4. FONTE DE DADOS E METODOLOGIA

A pesquisa consiste em um estudo de caso e buscou analisar os aspectos referentes aos indicadores econômicos e sociais do município de Caxingó como elementos de grande importância para o desenvolvimento social e econômico do município.

Para tanto buscou analisar várias informações que servem como termômetro para buscar atender aos objetivos da pesquisa. O estudo utilizou como informações primárias um questionário pré-codificado contendo trinta e seis (36) perguntas de caráter quantitativo e qualitativo e com perguntas objetivas e subjetivas sobre a escolaridade, renda e condições de moradia das famílias, coletados em campo.

Também foram buscadas informações secundárias junto às Secretarias de Educação, Finanças e Desenvolvimento Rural. Porém não foi obtido sucesso quanto à coleta das informações. Outras fontes secundárias de dados foram obtidas através do IBGE, ONU – Organização das Nações Unidas, INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, CEPRO – Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí; além de livros, artigos e publicações para justificar as abordagens e resultados da pesquisa. Com isso, os dados aferidos foram contabilizados, colocados em tabelas e estabelecidos os seus devidos percentuais para a análise e obtenção das estimativas.

Os dados primários foram obtidos através de uma pesquisa de campo realizada com 100 famílias sorteadas aleatoriamente. A pesquisa de campo realizou-se nos dias 22 a 24 de Julho de 2013 utilizando uma entrevista socioeconômica em onze localidades (bairros) do município.

4.1 Desenvolvimento do Método

4.1.1 Índice de Exclusão Social – IES

O IES foi desenvolvido por Lemos em 2002 para sintetizar todas as informações que traduzem o bem-estar ou o mal-estar social reunindo-as em um único índice para traduzir o nível de pobreza e exclusão social de uma determinada região. Esse índice é uma busca para entender, ou melhor, medir o comportamento de uma região em relação à qualidade de vida de sua população dado as condições de renda, emprego, escolaridade e bem-estar. Assim, em seu trabalho sobre “Mapa da exclusão social no Brasil”, Lemos (2012) explica que:

“[...] resolveu-se desenhar o Índice de Exclusão Social (IES), com a perspectiva de que ele se constitua numa boa aproximação, ou mesmo numa boa tentativa de captação de percentuais de pobres, ou de excluídos no Brasil, entendida no seu sentido amplo, bem como a sua distribuição entre os municípios, as grandes regiões e os estados brasileiros” (LEMOS, 2012, P. 104).

Porém, de acordo com Lemos (2012) o IES teve algumas alterações na maneira como é apresentado, porém essas alterações não trouxeram nenhum prejuízo de cunho qualitativo ou quantitativo, sobretudo aprimorou, se não dizer, simplificou a forma de se calcular o índice de exclusão social. Assim ele afirma que:

Esta nova forma de estimar o IES requereu uma reengenharia metodológica para a definição dos pesos com que cada indicador entrará na composição do índice. O procedimento de análise multivariada ficou bem mais simples, sem perda de rigor estatístico. Ao contrário, os resultados ficaram mais “robustos” de um ponto de vista estatístico. (LEMOS, 2012, p. 222)

Dessa forma o IES é constituído por três componentes, o PASSECON, o PASSEDUC e o PASSAMBI. Esses componentes, por conseguinte tem pesos a eles associados que determinam o índice. Assim, levando em consideração as taxas de analfabetismo, renda e condições de salubridade, foram calculados os pesos para a formulação do IES conforme a Tabela 7 fornecida por Lemos (2012, p. 222) a partir dos dados do IBGE (2010).

Tabela 7 – Pesos associados a cada um dos indicadores do IES

Variáveis (Yi)	Pesos
PASSEDUC	0,35
PASSECON	0,35
PASSAMBI	0,30

Fonte: Lemos (2012) a partir dos dados do IBGE (2010)

Dessa forma a equação para estimar o IES se configura conforme a fórmula abaixo de acordo com Lemos (2012, p. 106):

$$IES_i = P_{i1}Y_{i1} + P_{i2}Y_{i2} + P_{i3}Y_{i3}; i = 1, 2, \dots, n;$$

A partir dessa equação pode-se chegar a equação abaixo:

$$IES = P1.PASSEDUC + P2.PASSECON + P3.PASSAMBI$$

Os pesos associados às variáveis que compõem o PASSAMBI, ou seja, o Privágua, o Privsane e o Privlixo, encontrados por LEMOS (2012, p. 252), estão especificados na Tabela 8.

Tabela 8 – Pesos associados ao PASSAMBI

Variáveis (Yi)	Pesos
PRIVÁGUA	0,35
PRIVSANE	0,35
PRIVLIXO	0,30

Fonte: Lemos (2012) a partir dos dados do IBGE (2010)

Definições:

P_{ij} = respectivos valores associados a cada um dos indicadores Y_{ij} que constituem o IES associado ao i-ésimo município estudado;

Y_{i1} = PASSEDUC ou Passivo Social (PASSOCIAL) que vem a ser o percentual da população maior de quinze (15) anos que se declarou analfabeta;

Y_{i2} = PASSECON² ou Passivo Econômico que é aferido pelo percentual da população que sobrevive em domicílios cuja renda varia de zero a, no máximo, dois salários mínimos;

Y_{i3} = PASSAMBI ou Passivo Ambiental é uma âncora que se obtém através da conjugação de três outros indicadores devidamente ponderados: Privsane, Privágua e Privlixo;

Y_4 = PRIVÁGUA = é a percentagem da população da i-ésima localidade que sobrevive em domicílios particulares que não tem acesso à água tratada;

Y_5 = PRIVSANE é a percentagem da população da i-ésima localidade que sobrevive em domicílios particulares que não tem acesso a esgotamento sanitário, ou ao menos, a uma fossa séptica para depositar os dejetos humanos;

Y_6 = PRIVILIXO é a percentagem da população da i-ésima localidade que sobrevive em domicílios particulares que não tem acesso a coleta sistemática de lixo doméstico, direta ou indiretamente;

Analisando a equação de acordo com os dados aferidos na pesquisa para o município de Caxingó obtém-se o IES para essa amostra. Sendo assim veremos que:

$$IES = 0,35.PASSEDUC + 0,35.PASSECON + 0,30.PASSAMBI$$

$$IES = 0,35 (30,72 + 88) + 0,30 \times 37,35$$

$$IES = 0,35 (118,72) + 11,21$$

$$IES = 41,55 + 11,21$$

² Nas edições anteriores do livro, esta âncora era identificada como Privrend. (LEMOS, 2012, P. 105)

IES = 52,76

4.1.2 Passivo Educacional - PASSEDUC

Segundo definição de Lemos, o PRIVEDUC constitui-se no percentual da população maior de 15 anos que não é alfabetizada, ou tem menos de um ano de escolaridade. A nomenclatura foi modificada por Lemos (2012) e passou a se chamar PASSEDUC.

A seguir, na próxima seção, depois de explicitados o referencial teórico, a metodologia e as fontes de dados serão apresentados os resultados da pesquisa.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nessa seção é feita uma análise dos resultados com base nos indicadores sociais expostos nas seções anteriores. Esses indicadores são uma representação da realidade social de um país, estado, município ou região, abrangendo informações diversas sobre aspectos demográficos, educação, emprego e renda, domicílios, saúde, escolaridade, famílias e grupos populacionais específicos – crianças, adolescentes, jovens, mulheres e idosos – dentre outros assuntos e irá ajudar a entender os resultados das análises referentes à pesquisa.

5.1 Aspectos relacionados à educação de Caxingó

Pela pesquisa realizada em Julho de 2013 constatou-se para a amostra um grau de analfabetismo crítico e foi possível delinear alguns números que são preocupantes uma vez que os dados citados por Lemos (2007) já apontavam um grau de escolaridade crítico para a região que era em média 1,5 anos de estudo. Esse número subiu para 2,5 anos de estudo; ainda é pouco. Porém, a amostra retrata que ainda há um grau de exclusão muito grande e no que tange à educação a situação ainda encontra-se estagnada. Nos dados de 2007, mais da metade encontram-se em situação de exclusão social, e a amostra, seis anos depois ainda exemplifica a mesma situação, muito embora nas áreas em torno do centro do município. A Tabela 9 abaixo mostra os números que expressam a situação de exclusão a partir dos dados coletados dos estudos realizados por Lemos (2012, Anexo):

Tabela 9: Comparativo dos socialmente excluídos de Caxingó 2000 e 2012

Ano de Referência	IES % de Excluídos	População do Município	População Socialmente Excluída
2000	72,2	4.147	2.998
2012	61,3	5.039	3.089

Fonte: Elaboração própria a partir de Lemos 2007 e 2012

Durante o período de coleta de dados nas áreas no entorno do centro, notou-se que algumas escolas se encontravam fechadas. A justificativa é, segundo os moradores da região, que há uma disparidade de faixa-etária, uma distorção de escolaridade muito grande e faz com que não consiga se separar as crianças por classes de grau de instrução. Sendo assim, as escolas, ou ficam se deteriorando ou viram casas populares. Os alunos, entretanto são remanejados, e essa condição muitas vezes dificulta o acesso à escola, e quanto mais vão crescendo, mais vão se distanciando da escola, pois devido às dificuldades inerentes às essas condições de vida, muitos optam por trabalhar no campo para ajudar a família, ou ainda, migram para outras cidades ou capitais para buscar uma oportunidade de emprego. Mesmo que os números associados aos percentuais de matrículas sejam elevados, ou tenham crescido na última década, não refletem, ou melhor, não simbolizam com fidedignidade a realidade.

Analisando os dados da pesquisa pode-se verificar que há uma parcela da população que é privada de educação em um nível bem crítico de acordo com a Tabela 15. O número encontrado na amostra feita com 100 famílias em torno da área urbana envolvendo 358 pessoas, mostra que 110 pessoas se declararam analfabetas. Equivale a dizer que há um grau de analfabetismo de 30,72%. Esses valores refletem que o índice de escolaridade são baixíssimos, principalmente nas regiões mais pobres onde o acesso à uma educação de qualidade aumenta, se não mantém os índices de exclusão social em patamares elevados. Outro dado alarmante é que apenas 4,47% de todos os envolvidos na pesquisa possuem o ensino médio completo, portanto um nível muito baixo e apenas 0,05% possui nível superior. Ao se adentrar nas ruas de barro e pedriscos, de difícil acesso, algumas escolas encontram-se fechadas e, em muitos casos, as crianças e adolescentes deixam de ir à escola por conta da distância ou por falta de transporte escolar em algumas regiões. Esse é um fator que problematiza mais ainda a qualidade da educação. Esses percentuais podem ser constatados na Tabela 10:

Tabela 10: Dados da amostra – Percentual de escolarização do município de Caxingó, Piauí.

Grau de Escolarização	Entrevistado %	Companheiro %	Outros adultos %	OMIE* %
Analfabetos	41	35	11	21
De 1 a 4 anos de escola	32	30	18	37
Mais de 4 anos de escola	19	10	24	34
Ensino médio completo	7	4	14	2
Nível superior completo	1	0	1	0

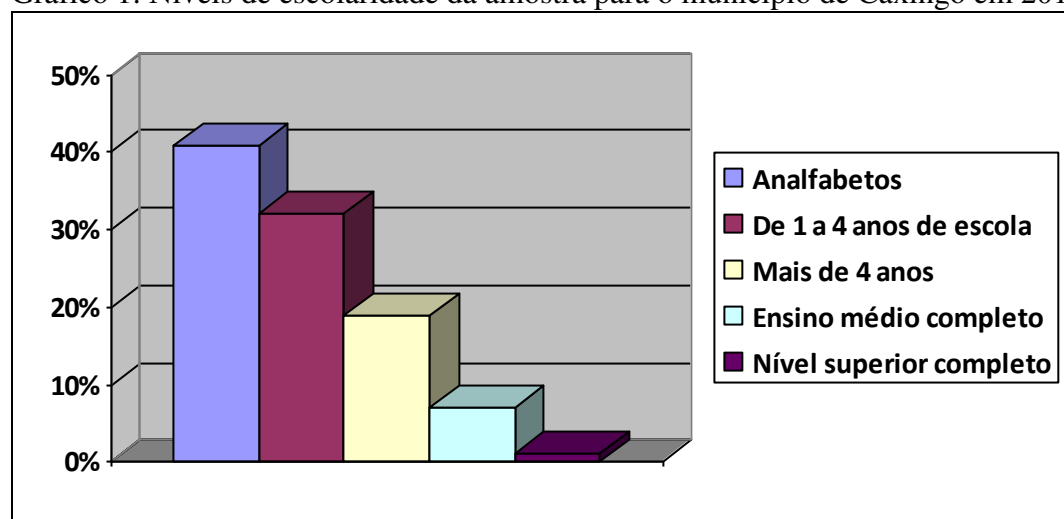
*OMIE – Outro Membro em Idade Escolar

Fonte: Entrevista com 100 famílias - Junho de 2013

5.2 Caracterização da Escolaridade de Caxingó

A seguir a representação gráfica dos índices de escolaridade da amostra para o município de Caxingó, Piauí em 2013, para a melhor visualização dos números percentuais.

Gráfico 1: Níveis de escolaridade da amostra para o município de Caxingó em 2013



Fonte: Entrevista com 100 famílias - Junho de 2013

O resultado da pesquisa demonstra que as taxas de analfabetismo foram as piores possíveis. A amostra apresentou um percentual altíssimo, ou seja, 30,70%. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013), a taxa de analfabetismo do município é uma das piores do país com 57,18% de analfabetos. Ainda que tenha apresentado um aumento do nível de escolaridade média por anos de estudo, subindo de 1,5 para 2,5 em uma década, conforme foi visto anteriormente, esse aumento ainda é muito insuficiente para posicionar o município em lugar de melhor situação nos patamares da educação de qualidade.

5.3 Níveis de renda *per capita* das famílias de Caxingó

Abaixo, na Tabela 11, estão relacionados os percentuais de renda total das famílias da amostra. Os resultados da pesquisa demonstraram que 88% das famílias sobrevivem com até dois (2) salários mínimos e 12% das famílias vivem com até quatro (4) salários mínimos. Isso indica uma alta concentração de renda. O PRIVREND aferido para Caxingó por Lemos (2012) foi de 81,3%, ou seja, relativamente próximo do valor encontrado para a amostra.

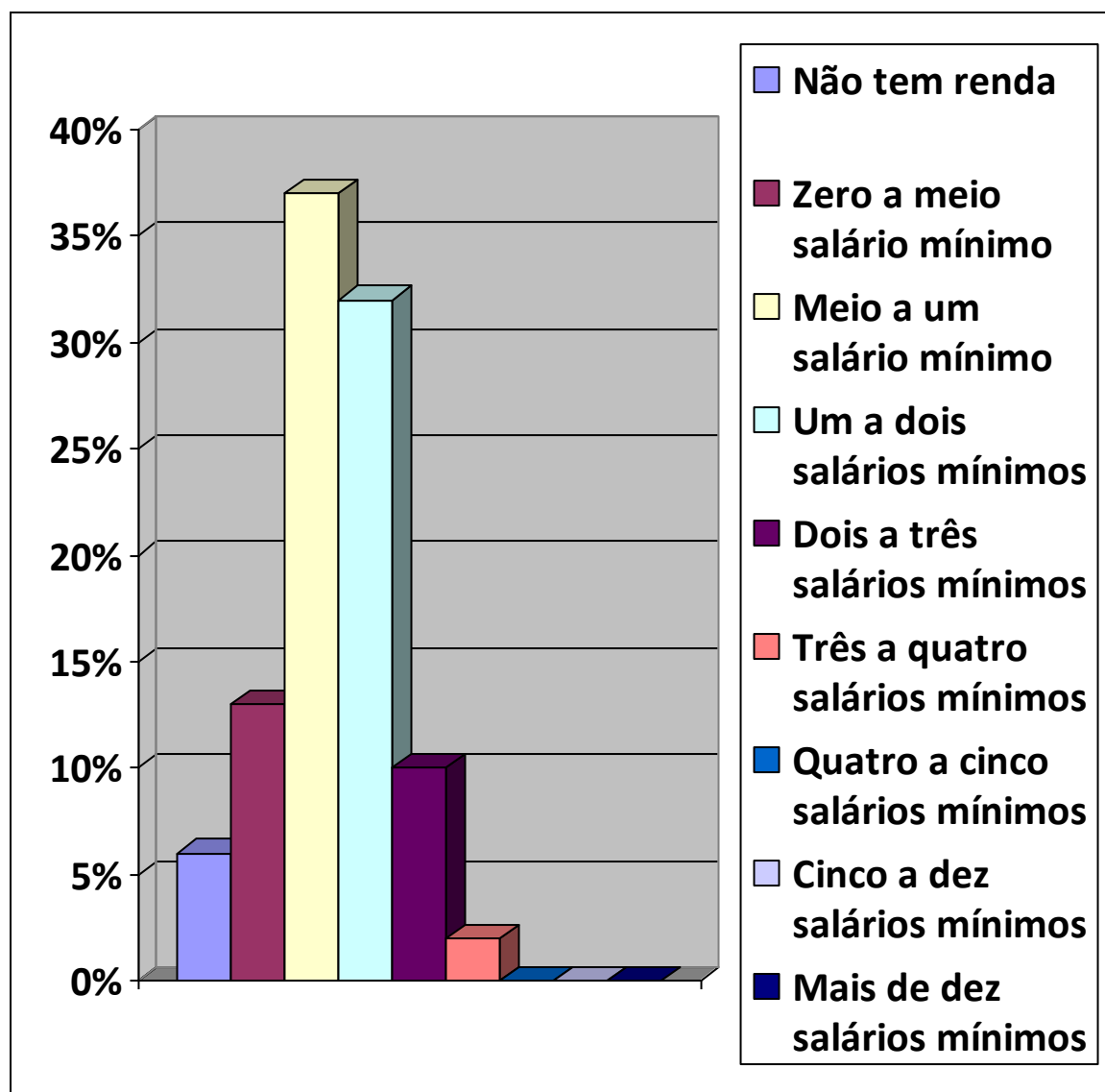
Tabela 11: Faixa de renda total das famílias da amostra – Caxingó 2013

RENDA (salários mínimos)	FREQUÊNCIA
Não tem renda	6%
Zero a meio salário mínimo	13%
Meio a um salário mínimo	37%
Um a dois salários mínimos	32%
Dois a três salários mínimos	10%
Três a quatro salários mínimos	2%
Quatro a cinco salários mínimos	0%
Cinco a dez salários mínimos	0%
Mais de dez salários mínimos	0%

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo – Julho de 2013

Para melhor visualização segue abaixo a ilustração gráfica da renda total das famílias da amostra. A barra amarela reflete um patamar bastante elevado de pessoas que sobrevivem com até meio salário mínimo simbolizando o baixo índice de renda das famílias.

Gráfico 2: Faixa de renda total das famílias da amostra – Caxingó 2013



Fonte: Pesquisa de campo – Julho de 2013

A Tabela 12 ressalta um aspecto das fontes de renda das famílias que merece destaque. Obviamente, haveria de se esperar que um percentual bastante considerável afirmasse que sua principal fonte de renda é a agricultura já que o município é essencialmente agrícola, e é verdade. Porém, os percentuais de recebimento de Bolsa-

Família também são altos e reflete um pouco de como esse benefício amplifica a distribuição de renda no país. Embora o benefício represente apenas 11% como fonte de renda principal da amostra, o percentual fica relativamente próximo do percentual de trabalho assalariado que é de 13%.

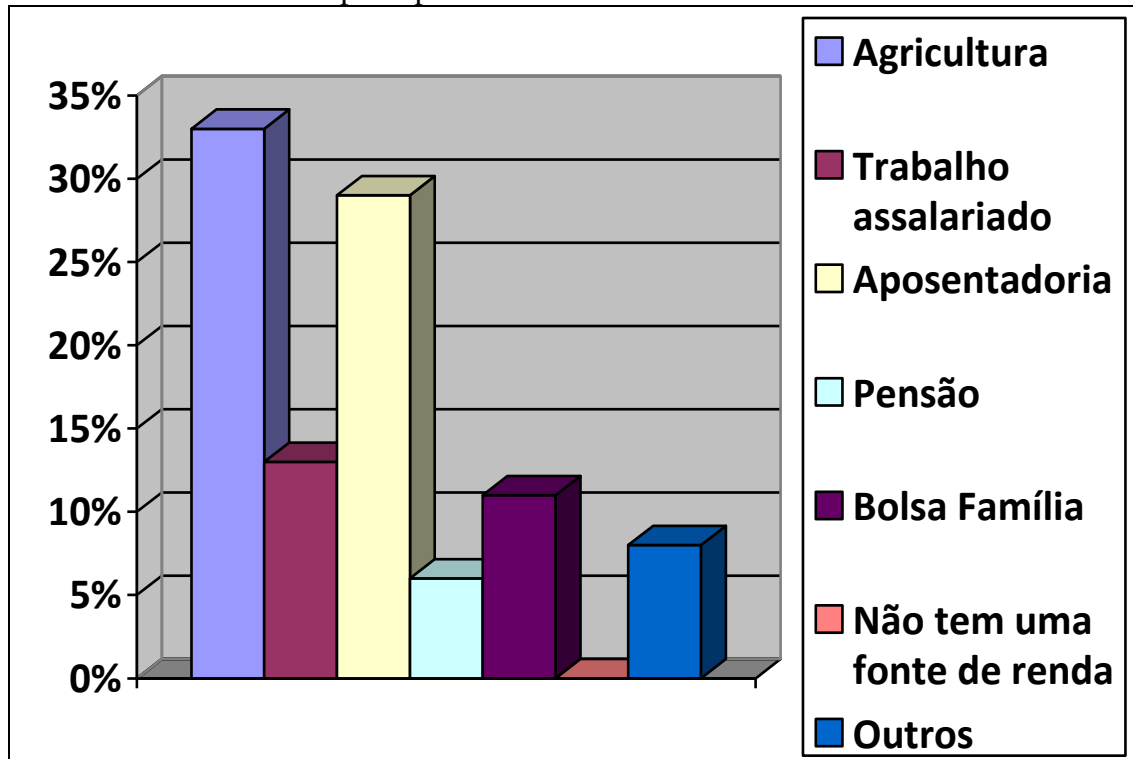
Tabela 12: Dados da Amostra – Principal fonte de renda das famílias caxingoenses - Julho de 2013

FONTE DE RENDA	FREQUÊNCIA %
Agricultura	33
Trabalho assalariado	13
Aposentadoria	29
Pensão	6
Bolsa Família	11
Não tem uma fonte de renda	0
Outros	8
Total	100

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo - Julho de 2013

Para a melhor visualização, será mostrada a seguir a representação gráfica das principais fontes de renda das famílias da amostra.

Gráfico 3: Percentuais da principal fonte de renda das famílias



Fonte: Pesquisa de campo – Julho de 2013

A Tabela 13 a seguir representa a segunda fonte de renda das famílias. Ao observar a discrepância entre o percentual do benefício Bolsa-Família e o percentual do trabalho assalariado, a realidade se torna bem mais crítica, no sentido de que o benefício pode tornar-se um redutor da atividade econômica uma vez que dá margem para que as famílias não produzam como deveriam. O Programa Bolsa-Família representa um percentual relevante, ou seja, um peso significativo na participação da renda das famílias, principalmente se comparado às outras fontes, como o trabalho assalariado, por exemplo.

O percentual relacionado à agricultura representa 29%. Isso demonstra a característica de um município essencialmente agrícola, mas o peso do benefício Bolsa-Família continua sendo um fator que merece destaque.

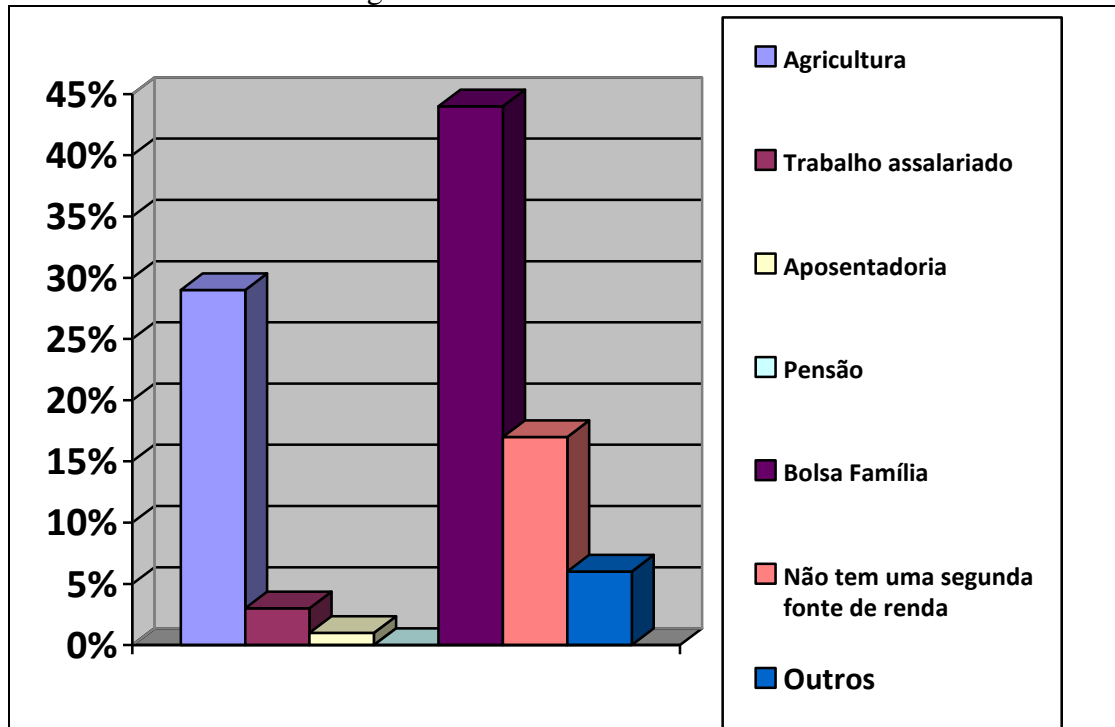
Tabela 13: Dados da amostra - Segunda fonte de renda das famílias caxingoenses – Julho de 2013

FONTE DE RENDA	FREQUÊNCIA
	%
Agricultura	29
Trabalho assalariado	3
Aposentadoria	1
Pensão	0
Bolsa Família	44
Não tem uma segunda fonte de renda	17
Outros	6
Total	100

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo - Julho de 2013

Segue abaixo o Gráfico 4 com os percentuais da segunda fonte de renda das famílias da amostra pesquisada de Caxingó em 2013 para melhor visualização do que foi comentado sobre o benefício Bolsa-família que caracteriza um incremento considerável na renda das famílias.

Gráfico 4: Percentuais da segunda fonte de renda das famílias.



Fonte: Pesquisa de campo – Julho de 2013

5.4 O Impacto do Bolsa-Família sobre a educação de Caxingó

Outro dado da pesquisa importante é sobre a Bolsa-família, benefício do Governo Federal para famílias de baixa renda criado em 2004. A pesquisa apontou que 53% das famílias recebem o benefício e apenas 9% dessas famílias colocam os seus filhos na escola por causa do Programa Bolsa-família, e os 91% restantes afirmam que colocam o filho na escola por entenderem a importância da educação. Esse número poderia ser maior se for levado em consideração o medo que muitas famílias tiveram de perder a Bolsa-Família ao receber o entrevistador, por acharem que seria alguma ação do governo tentando coletar informações para lhes retirar o benefício. Sendo assim, esse receio oferece à pesquisa uma margem de erro, nesse quesito, maior do que nos outros, possivelmente.

Ainda sobre o Programa Bolsa-Família, não resta dúvidas que pode ser um incentivo à educação conforme relatado acima, porém se torna prejudicial quando “vicia”

os beneficiários, que utilizam esse tipo de renda para abrir mão de produzir ou trabalhar em algum outro setor. O valor encontrado na amostra aponta que de 358 pessoas envolvidas, 225 não trabalham, ou seja, um percentual de 62,85%. Nesse número se inclui crianças em idade escolar ou não, adolescentes, trabalhadoras do lar e também homens que tiram o sustento da família apenas da agricultura. Isso pode simbolizar que, pelo menos metade desse percentual é de pessoas que não trabalham por opção, constituindo o emprego chamado friccional, sustentado e alienado pelo benefício da Bolsa-Família. Se for realizada uma análise bem grosseira é possível confirmar essa hipótese pelos números expostos na questão 24 da pesquisa (vide Anexo no final do trabalho) quando se verifica um percentual de 32% dos entrevistados que não são agricultores, ou seja, em um município essencialmente agrícola, onde 66% da população vivem da agricultura, não há atividade industrial e onde 8% apenas trabalham no comércio, pode-se inferir que esse percentual – 32% estão amparados e assegurados por uma renda extra, a Bolsa-Família.

O reflexo do Programa Bolsa-Família que assegura uma renda para essas famílias, atrelado a uma educação que não alcança os padrões adequados não pode preparar de maneira nenhuma uma sociedade para um crescimento e desenvolvimento econômico. Ainda na Tabela 10, página 45, pode-se perceber que os membros das famílias em idade escolar que freqüentaram de 1 a 4 anos de escola representam 37% do total. Além dos responsáveis pelo lar, ainda há uma parcela de adultos que estão longe de uma inclusão social no quesito educação. Somados os percentuais da pesquisa, nas questões 20 e 21 podem ser verificados que 55% das famílias estão beneficiadas pelo Programa. Noutras palavras, a distribuição de renda nos moldes desse benefício, está incentivando as famílias a colocar seus filhos na escola, mas também pode mostrar-se como um fator que favorece o desemprego ou até o emprego informal dos adultos, como acontece principalmente nos municípios periféricos como Caxingó, onde notou-se, pelas famílias entrevistadas, uma falta de interesse em buscar melhores condições de trabalho que proporcionasse um aumento da renda.

Os valores representados na Tabela 14 resultantes da análise da pesquisa mostram que de 100 famílias, 53 delas, logo 53%, afirmam receber o benefício. Assim foi feita a somatória de todos os valores dos benefícios afirmados pelos entrevistados e dividiu-se pelo número de famílias que afirmaram receber o benefício, assim encontrou-se M1 que é os valores relativos à média percentual do valor do benefício apenas das famílias que o recebem. M2 é a média do valor da amostra que foi encontrado somando-se todos os valores dos benefícios afirmados pelos entrevistados dividindo-se pelo total de pessoas das famílias que são beneficiadas pelo incentivo. Para a Bolsa-Família *per capita* o cálculo foi diferente. No primeiro cálculo, M3, somou-se os valores dos benefícios e dividiu-se pelo número total de famílias, ou seja, incluindo-se as que recebem ou não o benefício. No segundo cálculo foi feita a somatória de todos os valores dos benefícios e dividiu-se pela quantidade de pessoas envolvidas na amostra, a saber, 358 pessoas.

Tabela 14: Média dos valores da Bolsa-Família da amostra e Bolsa-Família *per capita*

	MÉDIAS	PESSOAS	FAMÍLIAS	R\$
M1	Percentual dos valores das famílias que recebem o benefício	-	53	180,62
M2	Valores <i>per capita</i> das famílias que recebem o benefício	327	-	44,12
M3	Valores da amostra	-	100	95,13
M4	<i>Per capita</i> dos valores da amostra	358	-	26,74

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo - Julho de 2013

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa é possível concluir que os níveis de escolaridade no município de Caxingó apresentaram melhoras em termos relativos ao longo de uma década, porém isso não reflete a má qualidade da educação da população que se encontra socialmente excluída em um nível bastante elevado.

As constatações indicam a importância de políticas públicas voltadas para o investimento mais substancial na educação, não só no acréscimo do número de matrículas, mas também na qualidade dos profissionais e dos projetos que favoreçam a permanência do aluno na escola.

No tocante aos passivos de renda e ambiental, a mostra retrata que a renda das famílias está baseada principalmente nos recursos provenientes da agricultura e, em seguida, do benefício Bolsa-Família e as casas apresentaram condições de acesso à água encanada, esgoto e fossa sépticas favoráveis em sua maioria. Quando se trata de coleta de lixo, a situação reflete o descaso ou a falta de estrutura por parte dos órgãos públicos para fornecer um serviço de limpeza dos resíduos de forma eficiente. Normalmente, nos locais onde não passa caminhão para a coleta, os lixos são queimados.

O valor do IES encontrado para a amostra reflete um alto grau de exclusão social e poderia apresentar resultado pior se a pesquisa se estendesse às áreas rurais. Um dos indicadores que compõem o IES registrou uma melhora, como é o caso do PRIVÁGUA que apresentou apenas 10% de privações. Contudo, o PASSEDUC apresentou um índice de privações bem elevado, ou seja, 30,42% da população apresentam privações de educação. O resultado permite perceber que há uma necessidade latente de investimento em educação por parte dos gestores federais, estaduais e municipais para que haja um melhor aproveitamento do potencial do município, e um melhoramento nos indicadores sociais como um todo, não apenas nas questões ambientais ou de renda.

7. REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

ANDRADE, Patrícia (2012). Disponível em < www.g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2012/12/parnaiba-no-piaui-e-cidade-com-maior-crescimento-do-brasil.html >. Acesso em 25 de Novembro de 2013.

AZEVEDO, Reinaldo. 2012. Disponível em www.veja.abril.com.br. Acesso em 12 de Dezembro.

BANCO MUNDIAL. **World development indicators**. Washington, D.C.: World Bank, 2000, *apud* LEMOS, J.J.S. **Mapa da Exclusão Social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre**. ed. 3. Fortaleza, BNB; 2012. 31 p.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília: IICA, 2006. 135 p. *apud* LEMOS, J.J.S. **Mapa da Exclusão Social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre**. ed. 3. Fortaleza: BNB, 2012.

CADASTRO INDUSTRIAL DO PAIUI. Disponível em: < <http://cadastroindustrialpi.com.br/cadastro-informacao/teresina-o-maior-e-mais-diversificado-parque-industrial-do-piaui/> > Acesso em 21 de Novembro de 2013.

CARDOSO, Frank. (2011). Disponível em < <http://www.portalbocadopovo.com/2011/11/um-paraiso-desconhecido-em-caxingo.html> >. Acesso em 13 de Novembro de 2013

CEPRO – **Diagnóstico socioeconômico de Caxingó**. (2012). Disponível em www.cepro.pi.gov.br. Acesso em 19 de Novembro de 2013.

CIEGLINSKI, Amanda. 2013. Disponível em www.ebc.com.br. Acesso em 12 de Dezembro de 2013.

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE. **Manual para elaboração de monografia**. Fortaleza: FEAAC, 2013.

FNP – Frente Nacional de Prefeitos – Multi Cidades (2011). **Finanças dos municípios do Brasil Ano. 7**. ed. Anexo.

GOMES, Francisca de Fátima dos Santos. **Turismo e Políticas Públicas: A festa da Padroeira N. Sra. Da Conceição em Caxingó – Piauí**. Parnaíba, PI: TCC – Turismo e Políticas Públicas, 2013 *apud* Carvalho, 2009.

GREMAUD, de Amaury P. **Economia Brasileira Contemporânea**. 6 ed. Atlas, 2005. 2005, 80 p.

HUMAN DEVELOPMENT REPORT. **United Nations Development Program**. New York, 1997. 230 p, *apud* LEMOS, J.J.S. **Mapa da Exclusão Social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre**. ed. 3. Fortaleza: BNB, 2012. 135 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico do Brasil de 2000 a 2010**. Disponível em www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 15 de Agosto de 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico do Brasil 2010**. Disponível em www.censo2010.ibge.gov.br. Acesso em 15 de Agosto de 2013.

LEMOS, José de Jesus de Sousa. **Mapa da Exclusão Social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre**. 3 ed. rev. e at. Fortaleza: BNB, 2012.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013. Disponível em <http://portal.mda.gov.br/plano-safra-2013/>. Acesso em 14 de Dezembro de 2013.

MME – Ministério das Minas e Energia (2004). **Projeto cadastro de fontes de abastecimento de águas subterrâneas – Piauí**. Disponível em <http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/piaui/relatorios>. Acesso em 19 de Novembro de 2013.

PNUD 2013. **Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em < www.undp.org.br >. 153 p. Acesso em 28 de Novembro de 2013.

PORTELA, Adrião. Disponível em <http://180graus.com/noticias/sitio-arqueologico-entre-caraubas-e-caxingo-ainda-nao-explorado-367005.html>. Acesso em 20 de Novembro de 2013.

ROCHA, Sônia, **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, *apud* LEMOS, J.J.S. **Mapa da Exclusão Social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre**. ed. 3. Fortaleza: BNB, 2012. 9-10 p.

SACHS, I. **Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas**. 1997. 469-494 p., *apud* LEMOS, J.J.S. **Mapa da Exclusão Social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre**. ed. 3. Fortaleza: BNB, 2012. 46 p.

SEDET – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico do Piauí. Disponível em <http://www.sedet.pi.gov.br/industria.php>. Acesso em 21 de Novembro de 2013.

UNESCO – **Relatório Conciso 2010**. Alcançar os marginalizados. Brasil: Moderna, 2010, p. 7 a 8

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia Micro e Macro**. 4^a ed. Atlas, 2007.

APÊNDICE A
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

**A educação como fator de desenvolvimento econômico: estudo de caso do município de
Caxingó – Pi**

Monografia de Conclusão do Curso de Economia

Paulo Luiz dos Santos Júnior

Orientador: José de Jesus de Souza Lemos

Questionário Nº _____

QUESTIONÁRIO CONFIDENCIAL

As informações deste questionário serão processadas de forma agregada e não individualizados a fim de fornecer suporte para a pesquisa de Conclusão do Curso de Graduação do Autor, devidamente Supervisionado pelo seu Professor Orientador. Depois de concluída a pesquisa, passadas as informações para as planilhas eletrônicas e devidamente conferidas, os questionários serão DESTRUÍDOS.

Fortaleza, Ceará

Abril de 2014

Julho de 2013

1ª Parte: IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

	Nome do entrevistado:
	Bairro:
	Idade:

2ª Parte: INDICADORES SOCIAIS

	Quantas pessoas moram no domicílio?
	Escolaridade do entrevistado:
	1 – Analfabeto (ou menos de um ano na escola)
	2 – De 1 a 4 anos de escola
	3 – Mais de 4 anos de escola
	4 – Nível médio completo

	5 – Nível superior completo
	Escolaridade de outro membro da família (companheiro ou companheira do entrevistado):
	1 – Analfabeto (ou menos de um ano na escola)
	2 – De 1 a 4 anos de escola
	3 – Mais de 4 anos de escola
	4 – Nível médio completo
	5 – Nível superior completo
	Escolaridade de outro adulto da família:
	1 – Analfabeto (ou menos de um ano na escola)
	2 – De 1 a 4 anos de escola
	3 – Mais de 4 anos de escola
	4 – Nível médio completo
	5 – Nível superior completo
	Escolaridade de outro adulto da família:
	1 – Analfabeto (ou menos de um ano na escola)
	2 – De 1 a 4 anos de escola
	3 – Mais de 4 anos de escola
	4 – Nível médio completo
	5 – Nível superior completo
	Escolaridade de outro membro da família:
	1 – Analfabeto (ou menos de um ano na escola)
	2 – De 1 a 4 anos de escola
	3 – Mais de 4 anos de escola
	4 – Nível médio completo
	5 – Nível superior completo

	Escolaridade de outro membro da família em idade escolar:
	1 – Analfabeto (ou menos de um ano na escola)
	2 – De 1 a 4 anos de escola
	3 – Mais de 4 anos de escola
	4 – Nível médio completo
	5 – Nível superior completo
	Escolaridade de outro membro da família em idade escolar:
	1 – Analfabeto (ou menos de um ano na escola)
	2 – De 1 a 4 anos de escola
	3 – Mais de 4 anos de escola
	4 – Nível médio completo
	5 – Nível superior completo
	Escolaridade de outro membro da família em idade escolar:
	1 – Analfabeto (ou menos de um ano na escola)
	2 – De 1 a 4 anos de escola
	3 – Mais de 4 anos de escola
	4 – Nível médio completo
	5 – Nível superior completo
	A casa onde a família mora é: 1 – Própria 2 – Alugada
	Tem energia elétrica em casa: 1 – SIM 2 – NÃO
	Tem água encanada em casa: 1 – SIM 2 – NÃO
	Tem esgoto ou fossa séptica: 1 – SIM 2 – NÃO
	A residência possui banheiro privado: 1 – SIM 2 – NÃO
	O carro de lixo da Prefeitura coleta seu lixo quantas vezes por semana:
	1 – Nenhuma vez 2 – uma a duas vezes 3 – Nenhuma vez
	Qual a renda total da família:

	1 – não tem renda
	2 – de zero a meio salário mínimo
	3 – de meio a um salário mínimo
	4 – de um a dois salários mínimos
	5 – de dois a três salários mínimos
	6 – de três a quatro salários mínimos
	7 – de quatro a cinco salários mínimos
	8 – de cinco a 10 salários mínimos
	9 – acima de 10 salários mínimos
	Qual a principal fonte de renda da família:
	1 – Agricultura
	2 – Aposentadoria
	3 – Pensão
	4 – Bolsa família
	5 – Trabalho assalariado
	6 – Outras fontes
	Quais as outras fontes de renda da família:
	1 – Agricultura
	2 – Aposentadoria
	3 – Pensão
	4 – Bolsa família
	5 – Trabalho assalariado
	6 – Outras fontes
	Qual o valor do Bolsa-família que você recebe?
	Mantém filhos na escola por causa do Bolsa-família?
	Caso seja agricultor:

	1 – É proprietário de terra?
	2 – Qual o tamanho da terra (hectares ou linhas)?
	3 – O que planta (listar)?
	4 – O que cria?
	A produção agrícola é apenas para o consumo da família: 1 – SIM 2 – NÃO
	Tem televisão?
	Tem geladeira?
	Tem telefone (qualquer tipo)?
	Tem equipamento de som?
	Tem bicicleta?
	Tem motocicleta?
	Tem automóvel de passeio?
	Quantas pessoas da família trabalham?
	Onde trabalham?
	1 – Na indústria
	2 – No setor de serviços
	3 – No comércio
	4 – Na agricultura
	Quantas pessoas da família não trabalham?
	Por que não trabalham?